Da Importância de uma Grande Estratégia: O Caso Estadunidense e a Ascensão Chinesa

Luis Rodrigo Machado[1]
Guilherme Simionato[2]

RESUMO

Este trabalho busca refletir acerca da grande estratégia estadunidense no contexto de ascensão da China. Para isso, faz-se o seguinte percurso (1) analisa-se a dualidade do pensamento estratégico estadunidense; (2) discute-se os meios para se atingir esses objetivos, quais sejam, os conceitos operacionais - o *Air-Sea Battle e o Offshore Control* - e suas decorrências para o nível da estratégia; e, (3) reflete-se sobre a estratégia atual. Argumenta-se que Obama não possui uma grande estratégia definida, levando a uma autonomia excessiva dos meios (conceitos operacionais) sobre os fins (objetivos estratégicos e políticos). Adicionalmente, as escolhas operacionais prejudicam ainda mais esse processo, na medida que ignoram fatores políticos e são guiadas pela crença irrestrita na superioridade tecnológica e, por decorrência, na busca pela definição militar rápida. Por fim, identificam-se possíveis implicações para a segurança internacional e, mais brevemente, para o Brasil.

Palavras Chave: Grande Estratégia; China; Estados Unidos da América, *Air-Sea Battle; Offshore Control*

INTRODUÇÃO

A queda da URSS e o fim da Guerra Fria provocou mudanças na estratégia estadunidense para o restante do globo. Mais notavelmente, alcançou-se a unipolaridade, marcada pela *Pax Americana* da década de 90, materializada com as Guerras do Golfo e do Kosovo. No entanto, com o decorrer da primeira década do novo século, a exposição do fracasso na Guerra do Afeganistão e do Iraque, a ascensão da China e a recuperação da Rússia, pressionam os Estados Unidos a adotar estratégias compatíveis com um mundo em mudança.

O objetivo principal do presente esforço de pesquisa é analisar a grande estratégia estadunidense contemporânea e os meios adotados para isso, especialmente, através dos conceitos operacionais - caso do *Air-Sea Battle*. Para isso, busca-se (1) conceituar grande estratégia e sua importância; (2) compreender a dualidade presente no pensamento estratégico estadunidense; (3) discutir o conceito operacional dominante (*Air-Sea Battle*), suas críticas e antagonistas (*Offshore Control*); (4) identificar as opções estratégicas do presidente Obama e sua grande estratégia.

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: luisrodrigo.machado@gmail.com
[2] Graduando do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pesquisador do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) e Bolsista do Instituto Pandiá Calógeras (Ministério da Defesa). E-mail: simionato.guilherme@gmail.com

Argumenta-se que o as opções estratégicas e os conceitos operacionais adotados por Obama são compatíveis com àqueles relacionados à estratégia da primazia, na qual a busca pela unipolaridade é o objetivo final. Explica-se o aparente contrasenso dessa afirmação, na medida que a Obama prega um discurso multilateralista que cativou boa parte do globo, a partir da inexistência de uma grande estratégia definida, a qual abre espaço para que os conceitos operacionais, os procedimentos e as táticas ditem a política externa e de segurança dos EUA. Portanto, dizendo respeito diretamente à recomposição hegemônica do sistema internacional.

O trabalho é composto, além dessa introdução e da conclusão ao final do mesmo, de um capítulo tratando da dualidade do pensamento estratégico estadunidense, um capítulo sobre o debate no nível operacional e suas decorrências para estratégia e, por fim, um último analisando a grande estratégia do governo Obama, seus condicionantes e sua aparente contradição. Para tanto, foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre a influência histórica do Destino Manifesto e da Doutrina Monroe na PES dos EUA; revisão teórica sobre a importância das Grandes Estratégias já consideradas pelos EUA para a condução de sua PES no pós-Guerra Fria; e levantamento bibliográfico acerca dos esforços de pesquisa e produção textual dos principais centros pesquisa e *think tanks* que discutem a estratégia aeronaval dos conceitos operacionais contemporâneos.

1) ELEMENTOS DA POLITICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS

Grande estratégia é o nível mais alto de planejamento no âmbito dos Estados Nacionais modernos, orquestrando – no curto prazo, na guerra e na paz – os fins, os caminhos e os meios no contexto de um possível conflito armado pela própria sobrevivência do Estado (PORTER, 2013). Mais que isso, "é a teoria de como perseguir a segurança nacional e garantir um modo de vida pela combinação de poder e interesses" (PORTER, 2013, p. 5). Nesse sentido, Porter (2013, p. 5) adiciona que grande estratégia é "o gerenciamento de uma cadeia de relacionamentos entre meios e fins em vários níveis, um esforço elusivo para unir objetos diferentes. Estratégia é, então, diferente tanto de política (o objetivo desejado) e de operações" (os caminhos e meios). Ela não seria, nesse sentido, um objeto absolutamente definido, assemelhando-se mais com uma ponte que funde e relaciona todos eles. Portanto, "busca moldar um ambiente externo no qual as instituições políticas e os valores de

uma comunidade, sua integridade territorial e seu modo de vida possam permanecer seguros no longo prazo" (PORTER, 2013, p 5).

Essa definição é de extrema importância tanto no planejamento e condução da PES dos países, quanto na análise e interpretação da mesma. Ela responde algumas perguntas básicas que dão conta do papel a ser ocupado mundialmente pelo país, dos seus objetivos nas relações internacionais, do perfil de suas Forças Armadas, do seu comportamento enquanto ator individual no contexto de anarquia sistêmica, da sua percepção de ameaças externas e suas estratégicas de como respondê-las, dentre outros. No nível do Estado, esse planejamento é essencial para coordenar os recursos e ações do país em torno de objetivos comuns. No nível do Sistema Internacional, influi diretamente no padrão de amizade e inimizade (polarização) e pode afetar o próprio número de polos (polaridade) no caso de estratégias específicas (revisionistas ou não) por parte de grandes potências (MARTINS & CEPIK, 2014).

No caso dos EUA, desde o seu estabelecimento como Estado-região[3], a sua grande estratégia é movida basicamente por dois objetivos: (1) evitar a ascensão de uma potência europeia ou asiática que seja capaz de transpor as defesas oceânicas estadunidenses e (2) moldar a ordem internacional à semelhança de sua ordem interna (LIEBERT et al, 2014). Embora ambos digam respeito à segurança nacional, cada um representa uma visão diferente para o país. No primeiro, os EUA seriam uma grande potência dentre outras, enquanto que, no segundo, o país seria a grande nação global, sendo o modelo universal de ideias e de governança. Liebert (et al, 2014) reconhece essa tensão entre os objetivos permeando, desde o princípio, a grande estratégia estadunidense e sua própria identidade como país, ligando o primeiro polo com as ideias nacionalistas e o segundo com o modelo de nação liberal.

Mantovani (2006), por sua vez, identifica dois paradigmas distintos, tipos-puros weberianos, que estabelecem o posicionamento dos estadunidenses em relação aos outros países e ao sistema internacional, são eles: a "Doutrina Monroe" e o "Destino Manifesto". Dualidade essa, que molda a Grande Estratégia, influindo nas negociações políticas internas, moldando a PES e a forma que as suas relações internacionais são conduzidas. Esta influência do ambiente nacional no internacional foi o que Robert Putnan (2010) chamou de "a lógica dos jogos de dois níveis" e Kenneth Waltz (2004) descreveu como as interferências da segunda imagem na terceira imagem. Segundo a lógica de dois

[3] Estado Região: Estado que abarca todo um continente, sem rivais terrestres ameaçadores, beneficiados pelo poder parador da água dos oceanos (MEARSHEIMER, 2001).

níveis, ocorre uma alternância da preponderância da influência de cada um dos paradigmas na condução de suas relações internacionais, conforme oscila a força interna dos grupos políticos que defendem um ou outro paradigma. Porém, não se traduz em comportamentos totalmente "puros", sofrendo influência em menor ou maior grau de ambos os paradigmas pois: "são tipos ideais porque na realidade misturam-se, intercambiam-se e mimetizam-se [...], perpassam a história dos EUA e incorporam se em sua ação de política externa até os dias de hoje." (FRANÇA et al 2013, p. 8).

Nesse sentido, a Doutrina Monroe representa os valores do autogoverno, da promoção a cidadania e do exercício da liderança pelo exemplo. Os princípios básicos do direito dos povos ao autogoverno e a autodeterminação foram expressos ainda em 1823 pelo presidente James Monroe através do repúdio a uma nova colonização europeia, com os EUA tomando a liderança para garantir estes valores aos demais países do Sistema Internacional assolados pelo assédio europeu (MANTOVANI, 2006).

O Destino Manifesto, por sua vez, deriva da crença de que o povo dos EUA é um povo excepcional e é o povo eleito pela Divina Providência (Deus) para guiar o mundo. Tem características de dominação civilizatória, presunção de superioridade racial e cultural. Sua formulação se encontra no artigo “The Great Nation of Futurity” dea John O’Sullivan publicado na United States Magazine em 1839, que instiga os americanos a pararem de imitar a Europa e assumir a responsabilidade de liderar o mundo na busca pela liberdade universal, igualdade e redenção do homem (DOMINGUES, 2009). O artigo original não atraiu tanta atenção na época, porém o termo foi retomado em 1845 à época do processo de anexação do Texas no artigo chamado “Annexation”, também publicado na United States Magazine, quando se referindo à ingerência externa de outros países, afirmou:

> [...] em um espírito de interferência hostil contra nós, para o objetivo declarado de frustrar a nossa política e dificultar nosso poder, limitando nossa grandeza e controlar o cumprimento do nosso destino manifesto de se espalhar pelo continente nos atribuído pela Divina Providência para o livre desenvolvimento de nossa raça que se multiplica aos milhões anualmente (O’SULLIVAN, 1845).

Os paradigmas desta dualidade se alternam em diversos momentos da história estadunidense, como no lançamento da Doutrina Monroe m 1823, pelo então presidente James Monroe, defendendo a ideia da regionalização e o repúdio a uma nova colonização europeia; na proeminência da ideia do Destino Manifesto durante a "expansão para o oeste" buscando ocupar o imenso território o qual Deus, em conformidade com a ideia, havia reservado para o povo estadunidense, e como Marx (1850) previra após as descobertas de minas de ouro em 1848 na Califórnia, o deslocamento do centro de gravidade mundial da Inglaterra para a América do Norte e

a consolidação dos EUA como Estado Região; na volta da ideia de defesa das Américas, concebida pela Doutrina Monroe, na Guerra Hispano-Americana em 1898, e na expansão da doutrina para além das Américas com a conquista das Filipinas e a política de portas abertas em relação à China (CUMMINGS, 2009).

No século XX, interpreta-se a Carta do Atlântico (1941) como a globalização da Doutrina Monroe devido às ideias de autogoverno e de não conquista de outros países; no período da Guerra Fria, a Doutrina Nixon expressa várias características da Doutrina Monroe, como a negação do Império Americano, ao viabilizar o século do Pacífico em cooperação com os novos países industrializados (MANTOVANI, 2006). "Já a ascensão neoliberal, na década de 1970, cujo ícone é Ronald Reagan, e a neoconservadora da década de 2000, simbolizada por George Bush, têm em comum o retorno ao Destino Manifesto" (FRANÇA et al 2012, p.10).

No entanto, além das diferenças, é essencial perceber as semelhanças entre os dois polos da dualidade, na medida que certamente pautarão a Grande Estratégia, seja ela definida por uma ou pela outra visão de mundo. A principal delas diz respeito à obtenção e a retenção da capacidade de acessar todas as regiões do globo, a qual vem sendo o principal objetivo estratégico dos EUA nos últimos 100 anos (SILVERSTONE, 2014). A esse objetivo, aqui chamado de *grand area acces*s, adiciona-se um fator político e econômico importante, o primeiro demanda um equilíbrio político dentre de cada região e o segundo requer mercados abertos ao capital estadunidense. Portanto, esse objetivo parece ser compatível com os dois lados da dualidade estadunidense identificados tanto por Mantovani (2006), quanto por Liebert (et al, 2014), tanto a mais realista, na medida que busca evitar a ascensão de rivais regionais que possam hegemonizar a região, quanto a mais liberal, visto que busca espraiar os valores socio-econômicos estadunidenses para o restante do mundo (SILVERSTONE, 2014). Ou seja, Doutrina Monroe e Destino Manifesto, respectivamente.

A principal ferramenta institucional responsável pelo triunfo dessa estratégia foi a *National Security Council Report* 68 (NSC-68). Essa diretiva, lançada no governo Truman em 1950, é reconhecida por estrear a estratégia de contenção da URSS no período da Guerra Fria. No entanto, o documento foi muito além disso,

> O objetivo estratégico mais profundo era sustentar o acesso às regiões-chave, mais especificamente, regiões politicamente estáveis povoadas por estados mantidos unidos por instituições que abrissem os mercados, aumentassem a participação, facilitassem o surgimento de densas redes de interações sociais e econômicas, aumentasse a previsibilidade do comportamento, e reduzissem as ameaças e o papel da coerção dentre eles (SILVERSTONE, 2014, p. 63).

No documento ainda consta uma importante definição da sinergia entre segurança nacional, economia, valores e política externa, quando afirma que "o papel do poder militar é servir ao propósito nacional de deter um ataque contra nós [EUA] enquanto buscamos, por outros meios, criar um ambiente no qual nossa sociedade livre possa florescer" (NSC-68, 1950, seção IV c). Portanto, a NSC-68 parece ter representado um exemplo raro de sinergia entre ambos os lados da dualidade estadunidense, na medida que coloca os instrumentos mais realistas e ligados à segurança nacional a serviço de uma ordem institucional liberal - que, segundo Silverstone (2014), sustentou, em última instância, os valores políticos domésticos estadunidenses.

No entanto, a queda da URSS colocou os EUA em uma situação nova no sistema internacional, marcada pela unipolaridade. Barry Posen (1998), aponta que existiam quatro principais correntes internas que disputavam espaço no estabelecimento da Grande Estratégia estadunidense no pós Guerra-Fria. Podendo ser interpretadas pela dualidade anterior, são elas o Neo-Isolacionismo, o Engajamento Seletivo, a Segurança Cooperativa e a Primazia. A partir da administração Clinton, os EUA oscilam entre o Engajamento Seletivo e a Segurança Cooperativa, relegando poucos recursos para a manutenção do poder militar na visão dos partidários da Primazia (POSEN, 1998).

O Neo-isolacionismo buscava com um padrão de alianças ocasionais e participações periódicas, com a crença de que ao final da Guerra Fria não existiria mais um antagonista na forma de uma grande potência e que os conflitos seriam regionalizados. Adeptos deste desengajamento subestimavam a participação norte americana no sistema, não considerando as implicações de sua ausência, abrindo mão dos benefícios de liderança que a interdependência e o controle do sistema trazem aos EUA (PECEQUILO, 2011).

O Engajamento Seletivo reconhece a presença de potências regionais e sua possibilidade de deteriorar a posição estadunidense, propondo, assim, a estratégia de “engajar para conter”. Para Art (1998), essa seria a melhor Grande Estratégia para os Estados Unidos no pós-Guerra Fria, no intuito de manter os interesses americanos, atuando preventivamente para impedir danos aos Estados Unidos como uma estratégia de defesa avançada. Mearsheimer (2001) destaca que o Engajamento Seletivo demanda mais recursos que o Balanceamento Externo (*offshore balance*), posto em prática durante as duas Grandes Guerras, dada a necessidade de tropas estacionadas no exterior permanentemente, e que, após o fim da bipolaridade e da competição com a URSS, os EUA declinaram de retornar ao Balanceamento Externo aumentando sua presença no exterior. O autor aponta que, a partir de 2001, os EUA aproximaram-se da estratégia da Primazia (MEARSHEIMER, 2001).

Na unipolaridade, também se verifica o interesse da potência unipolar em assumir uma postura conservadora com relação ao sistema internacional no intuito de não ter a sua posição contestada, sendo importante então a balança de poder global no lugar da balança de poder regional. Assim, o isolamento geográfico da potência dominante e seu interesse em manter o status de potência unipolar resultam em ações intervencionistas para preservar a ordem vigente, não permitindo a ascensão de outro polo no sistema internacional modificando a condição do mesmo de unipolar pra bipolar, ao impedir a transformação de uma multipolaridade desequilibrada regional em uma balança de poder hegemônica (DINIZ, 2006).

A manutenção da capacidade de ação global abrangente e continuada é resultado, primeiramente, do sucesso da potência em manter o "comando dos comuns"[4] e, segundamente, de alianças que forneçam vantagens geoestratégicas propícias ao emprego e à projeção de força (DINIZ, 2006). Através dessas capacidades, um estado pode rapidamente deslocar tropas, suprimentos, conduzir operações de inteligência e manobras de apoio de fogo impunemente. Além das ações relativas às suas próprias forças, a nação detentora destas capacidades pode negar o uso dos comuns a qualquer nação beligerante, bloqueando o envio de tropas aliadas, armamentos, suas iniciativas de inteligência a partir de satélites e interromper os fluxos comerciais de importações e exportações debilitando sua economia. Portanto, a partir do início do presente século, o governo Bush adotou a Primazia como estratégia, aproximando-se, por conseguinte, do Destino Manifesto. Decorrência disso foram as conflagrações da Guerra ao Terror, a relativização dos sistemas multilaterais, o restabelecimento dos sistemas relacionados ao Escudo Antimíssil na Europa e a busca pela eliminação da capacidade de retaliação nuclear da Rússia (uma das qualidades das grandes potências), dentre outros (LIEBER & PRESS, 2006).

O governo Obama, por sua vez, retomou ideias mais compatíveis com o conteúdo ético da Doutrina Monroe. No discurso, a transição foi radical: embora não seja do escopo do presente trabalho, internamente, a mudança é indiscutível (medidas anticíclicas, *obamacare*, etc); externamente, o multilateralismo passa a ser valorizado, pregou-se à aproximação com a China e o *reset* com a Rússia (FRANÇA et al, 2012). No entanto, a grande estratégia de Obama permanece obscura. As ações em nível de política externa e de segurança são confusas e não parecem indicar um

[4] O "comando dos comuns" significa o vasto uso militar do mar aberto, do espaço, e do espaço aéreo acima dos 5 km, acima dos quais poucas nações detém capacidade de negação do espaço aéreo. Segundo Posen (2003, tradução própria): "Comando significa que os Estados Unidos detêm muito mais o uso militar do mar aberto, espaço sideral e espaço aéreo do que os outros; e que ele pode ameaçar negar seu uso pelos outros de maneira crível".

afastamento à estratégia da Primazia. A seguir serão analisados indicadores da grande estratégia de Obama, tendo como estudo de caso a sua posição quanto a ascensão de um novo polo, a China.

2) AIR-SEA BATTLE X OFFSHORE CONTROL: IMPLICAÇÕES PARA A GRANDE ESTRÁTÉGIA ESTADUNIDENSE

Nas últimas décadas, a China realizou um acelerado processo de modernização de suas Forças Armadas. O país possui o maior orçamento militar em termos absolutos na Ásia, e o segundo maior do mundo (IISS, 2015). Embora a expansão do poder naval chinês seja inegável, a análise da Marinha da China (*People's Liberation Army Navy* - PLAN) coloca em dúvida o nível de ameaça que a China representa em uma guerra além de seus mares próximos, pois o perfil de força atual da marinha chinesa não condiz com a concepção de uma "marinha de águas-azuis", capaz de projeção de poder extrarregional (SILVERSTONE, 2014).

Uma potencial conflagração envolvendo a questão de Taiwan segue sendo a principal fonte de insegurança para as autoridades chinesas. Tal percepção foi reforçada a partir da Crise do Estreito de Taiwan em 1996, na qual os Estados Unidos posicionaram dois porta-aviões na região (DORNELLES, 2012). A partir de então, o esforço de modernização da marinha chinesa foi baseado na doutrina de "Defesa Ativa dos mares próximos"[5] desenvolvida pelo almirante Liu Huaqing. Objetivava-se: a criação de um potencial dissuasório capaz de garantir capacidades de combate em uma potencial intervenção em Taiwan e em territórios marítimos contestados; assegurar as principais SLOCs[6] em caso de guerra e; a capacidade nuclear de segundo ataque. Ademais, foram desenvolvidas capacidades assimétricas de A2/AD[7] como forma de enfrentar a marinha norte-americana.

A doutrina chinesa de emprego das suas diversas plataformas de A2/AD prevê um escalonamento em dois níveis, utilizando como base a primeira e segunda cadeias de ilhas. Dentro do

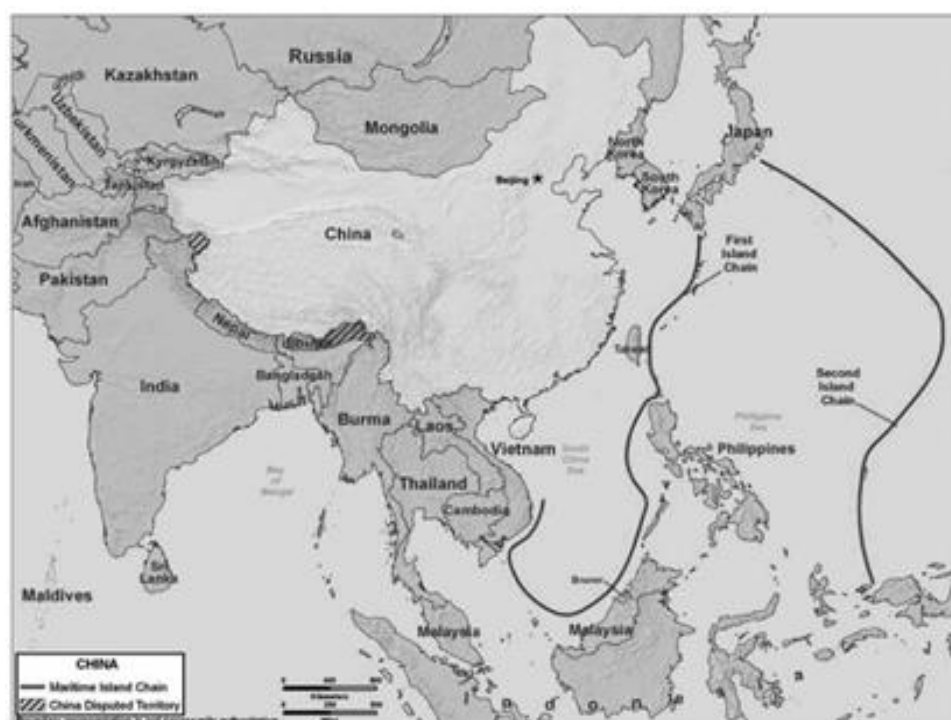
---

[5] A doutrina de "defesa ativa dos mares próximos" desenvolvida pelo Almirante Liu Huaqing em meados dos anos 1980, pode ser considerada uma evolução da doutrina de "defesa costeira". Embora não advogue a construção de uma marinha de águas azuis aos moldes da marinha americana, ela defendia possuir capacidades que se estendem até a segunda cadeia de ilhas, sem alcançar o Pacífico Sul e o Oceano Índico (LI, 2011).

[6] **SLOCs (*Sea Lines of Comunication*) -** são as rotas marítimas por onde passam os fluxos de navios comerciais, logísticos, ou de guerra – são os "caminhos" por onde circula todo o trânsito marítimo (PEELE, 1997)

[7] *Embo*ra a defesa de um ataque de força hostil seja a missão de qualquer enfrentamento defensivo, o emprego dos termos Antiacesso e Negação de Área são específicos quando a ação busca barrar um adversário com forças muito superiores que, se desdobradas no campo de batalha, podem causar uma vitória decisiva (TANGREDI, 2013). Ações de Antiacesso (A2) são geralmente de longo alcance e visam evitar que uma força hostil entre no Teatro de Operações (*Theater of Operations* - TO). Ações de Negação (AD) de Área, por sua vez, são geralmente de curto alcance e visam apenas limitar a liberdade de ação de uma força hostil no TO, não evitando o seu ingresso no mesmo (USA, 2012: 6).

alcance da primeira cadeia de ilhas seriam empregados meios típicos de negação de área (AD), predominando a utilização de mísseis balísticos de curto alcance, mísseis de cruzeiro antinavio baseados em terra, minas marinhas, submarinos diesel-elétricos, aviação antinavio de curto alcance e uma grande frota de embarcações de diversos portes protegidas pelo "guarda-chuva" de defesas antiaérea de longa distância e pela aviação de caça. Entre a primeira e a segunda cadeia de ilhas seria, então, a área de emprego das tecnologias e meios de antiacesso (A2), como os submarinos de ataque de propulsão nuclear, o míssil balístico antinavio DF-21D[8] e a aviação antinavio de longa distância (KREPINEVICH, 2010).

Figura 1: Primeira e Segunda Cadeias de Ilhas *(First and Second Island Chains)*

Fonte: KREPINEVICH, 2010.

O atual posicionamento defensivo chinês é digno de atenção nas prioridades de defesa dos EUA, sendo mencionado no *Strategic Guidance* de 2012 (USA, 2012b). Nele consta que as forças armadas estadunidenses investirão o necessário para manter capacidades de operar em ambientes de

[8] A China estaria desenvolvendo o primeiro míssil balístico antinavio *DF-21D* - o "Matador de Porta-aviões com alcance de 1.500 km e guiagem ativa na fase terminal, graças a uma combinação de radares, sensores e um veículo de reentrada manobrável (*maneuverable reentry vehicle* - MaRV) sendo capaz de atacar grandes vasos em movimento, incluído porta-aviões (O'ROURKE, 2015, p 5).

antiacesso e negação de área. Além disso, como visto na primeira seção, é condizente com a histórica busca pela *grand area access* através da manutenção do comando dos comuns. O temor principal é que as SLOCs sejam controladas pelas capacidades de negação do uso do mar da PLAN causando danos à economia estadunidense, temendo, em última instância, a dissolução dos tradicionais laços políticos, econômicos e militares entre EUA e os países da região do Indo-Pacífico (SILVERSTONE, 2014).

O referido posicionamento chinês também estimula o principal debate conceitual contemporâneo no nível operacional: o embate entre o conceito oficial de *Air-Sea Battle* e as alternativas, especialmente o *Offshore Control*. Ambos dizem respeito aos caminhos e meios para se lidar com as finalidades estratégicas e políticas. A seguir, aprofundaremos as definições sobre os conceitos e refletiremos sobre suas finalidades. Com isso, podemos, na próxima seção, fazer um balanço estratégico sobre as escolhas e opções estadunidenses contemporâneas.

O *Air-Sea Battle* (ASB) é um conceito operacional desenvolvido pelo *Center for Strategic and Budgetary Assessments* (CSBA), a partir do conceito de *Air-Land Battle* utilizado na Guerra Fria. A primeira versão data de 2010, ainda sem a participação do Departamento de Defesa, e por isso, trazia orientações detalhadas de como este conceito poderia ser transformado em estratégia de combate para ser utilizado no enfrentamento de ambiente de A2/AD (KAZIANIS, 2014). O ASB continuou sua evolução, sendo adotado oficialmente em 2012, como parte de um conceito – ou programa – muito mais amplo, o *Joint Operational Access Concept* (JOAC), que pretende responder ao A2/AD através do uso conjunto das forças armadas norte americanas em uma perspectiva de domínio-cruzado[9] (USA, 2012a). O *House of Armed Services Comittee* após um encontro em 2013 com oficiais de todas as forças e estudiosos da testificou que o *Air-Sea Battle* é "concebido para garantir o acesso a parcelas dos "Comuns Globais" - que são as áreas do ar, do mar, o ciberespaço e o espaço que ninguém é "dono", mas que todos nós dependemos - tais como as linhas de comunicação marítimas" (KAZIANIS, 2014 tradução própria).

O *ASB* procura desenvolver ataques integrados e em profundidade (*networked attack-in-depth* – **NIA**) nos centros de Comando e Controle (C2) e dos sistemas de lançamento, anti-aéreos (SAMs) e de estocagem do adversário, procurando desestabilizar, destruir e derrotar (*Disrupt, Destroy and*

[9] "Domínio-cruzado pode ser definido de acordo com a plataforma à partir da qual um ator lança um ataque e a plataforma na qual se encontra o alvo" (MANZO, 2012, p. 9, tradução própria). Eg. Destruir um tanque do ar.

Defeat – **D3**) as capacidades de A2/AD do inimigo. O **NIA-D3** sintetiza três esforços básicos do conceito:

> **(1)** Desestabilizar o Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância, e Reconhecimento (*Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance* **-** C4ISR ou C4I) do adversário; **(2)** Destruir as plataformas e sistema de armas de A2/AD do adversário e; **(3)** Derrotar as armas e formações empregadas pelo adversário (UNITED STATES, 2013, pg 7, tradução própria, numeração nossa).

O conceito se baseia na utilização de tecnologias militares de vanguarda, dispendiosas, algumas confidenciais a partir de um emprego de domínio-cruzado (KREPINEVICH, 2010). O desenvolvimento da tecnologia furtiva (*Stealth*), da Tecnologia Hipersônica, armas termobáricas e armas de energia direta (*Direct Energy Weapons* – DEW) como lasers e *High Power Microwaves*, para desabilitar os eletrônicos importantes à rede de defesa, mostra a importância da digitalização e dos investimentos em pesquisa de armamentos para a concretização deste conceito operacional (MARTINS, 2008).

Em um possível enfrentamento com a China, o ASB desbarataria os centros de C4ISR das forças armadas chinesas, podendo também, impactar nas cadeias de comando do próprio Partido Comunista Chinês, rompendo o contrato social hoje existente que consegue organizar um país com mais de um bilhão de habitantes, podendo ter graves consequências para a estabilidade social e capacidade de sobrevivência de milhões de pessoas. Críticos do conceito apontam que o ASB poderia contribuir para o aumento da possibilidade de escalada nuclear, já que China poderia considerar atacar preemptivamente para preservar seus centros de C2[10].

Recentemente, o Pentágono incorporou o *Air-Sea Battle Office* ao *Staff* Conjunto do Departamento de Defesa, abandonando o nome *Air-Sea Battle* pelo novo *Joint Concept for Access and Maneuver in the Global Commons*[11] (JAM-GC). O novo nome busca responder às críticas, especialmente do exército, cujo papel estaria marginalizado em tal estratégia (LaGRONE, 2015). No entanto, nada além de uma mera mudança de nomenclatura parece ter ocorrido, uma vez que tal conceito operacional já está enraizado no planejamento de longo prazo do perfil de força dos EUA, onde o as aquisições programadas e já realizadas indicam uma substantiva preferência por sistemas

[10] Atualmente a China guarda seus veículos lançadores e ogivas desmontados e separados, acreditando na dissuasão pelo segundo ataque, a mudança desta postura faria com que ela tivesse seus mísseis montados e preparados para disparar ao alerta (HAMMES, 2013).

[11] JAM-GC - Conceito de Acesso e Manobra Conjunta nos Comuns Globais

aeronavais, *stealth*, relacionados às funções antimíssil e à toda a estrutura do ASB (HARRISON & COHN, 2014).

Logo após a adoção oficial da doutrina, surgiram diversas críticas ao ASB, materializadas na alternativa do *Offshore Control*. Esse, por sua vez, busca o estrangulamento da economia inimiga pelo controle das linhas de comunicações comercias em zonas afastadas, e negação do mar na proximidade do território chinês (HAMMES, 2012). A estratégia do *Offshore Control* trabalha com nações amigas localizadas na Ásia-Pacífico, para garantir que os Estados Unidos possam interditar as importações de energia e de matérias-primas e exportações industriais chinesas – à partir da interceptação de navios cargueiros pelos seus inúmeros navios e de seus aliados – enquanto protege - através da construção e melhoria das capacidade de A2/AD - territórios amigos ameaçados buscando: "o término do conflito nos termos americanos através do esgotamento econômico chinês, sem danos à infraestrutura da China continental ou à rápida escalada do conflito." (HAMMES, 2012 p. 6, tradução própria). *Policy makers* norte americanos conservadores criticam o *Offshore Control* argumentando que ele não seria efetivo contra de um país continental, e afirmam ser um risco incrementar as capacidades de A2/AD de países "atualmente" aliados (COLBY, 2013).

De emprego mais cauteloso do que o ASB, o *Offshore Control* busca evitar o ataque na terra natal chinesa, conferindo margem de manobra para o governo declinar do enfrentamento sem prejuízos ao Partido Comunista Chinês e mais importante, a estabilidade social da China. O trecho a seguir, extraído do original *Offshore Control: A Proposed Strategy for an Unlike Conflict*, sintetiza a estratégia:

> Ao reduzir a dependência de espaço e cibernética e manter a transparência em tempos de paz, crise e guerra, o *Offshore Control* reduz a pressão de uma escalada sobre os tomadores de decisão[...]. Ele é projetado para retardar uma crise para permitir semanas, não segundos, para a tomada de decisões relativas à escalada do conflito. [...] Finalmente, ele fornece uma resolução de conflito que não exige uma vitória decisiva inalcançável". (HAMMES, 2012, p. 15).

Portanto, algumas conclusões para o nível da estratégia podem ser tiradas a partir da análise de ambos os conceitos. No Air-Sea Battle, percebe-se ocultamente uma busca pela unipolaridade, na medida que colocaria em cheque as capacidades nucleares chinesas de segundo ataque, podendo levar a China a lançar suas ogivas por antecipação, já que estaria na eminencia de perdê-las. No entanto, a operacionalização do ASB parece beirar a fantasia: mesmo possuindo caças de 5ª geração[12] dotados

[12] A característica principal da 5ª geração de caças é a sua alta capacidade furtiva (*stealth*), que fornece uma alta capacidade de penetração em um ambiente contestado pelos radares e pela defesa antiaérea do inimigo. Difere-se, assim,

da tecnologia de ponta em furtividade, os EUA enfrentariam sérias limitações para aplicar o conceito, especialmente para penetrar nas defesas chinesas[13]. Aparentemente, nesse caso, a doutrina estaria precedendo a inovação tecnológica e criando uma demanda pela propulsão hipersônica, a qual poderia tornar o conceito realidade.

Já o *Offshore Control* parece mais realista, na medida que absorve a importância noção do atrito, da política e demais consequências de uma possível conflagração entre China e EUA para a estabilidade do sistema internacional. Além disso, aproxima-se de uma grande estratégia definida e, mais importante, explícita: o Balanceamento Externo. Nesse sentido, não nutre ilusões baseadas na vitória rápida, mas desenvolve mediações militares e políticas capazes de gerenciar devidamente as crises para evitar a guerra. Considerando essa dualidade, uma pergunta permanece em aberto: por que o governo Obama, declaradamente multilateral e bebendo da Doutrina Monroe, adotou o ASB e não uma alternativa mais sensata e branda? Será isso fruto de concessões aos neoconservadores ou apenas mais um sintoma de decisões erráticas em sua PES? A resposta a essa questão está no tema central do artigo: na importância de se ter uma grande estratégia definida, como será visto imediatamente.

3) O DILEMA DA GRANDE ESTRATÉGIA NO GOVERNO OBAMA

A definição de estratégia estabelecida pelos EUA no governo Obama ignora em boa parte as características políticas que condicionam e são condicionadas por ela. Estratégia, segundo essa definição, é a esfera da guerra "em que uma nação (...) determina objetivos e orientação de segurança estratégica nacional (...), em seguida desenvolve e usa os recursos nacionais para alcançar aqueles objetivos" (DOD, 2014, p. 251). Segundo Martins e Cepik (2014, p. 40), "trata-se de uma definição puramente técnica e procedimental", onde a dissociação entre estratégia (meios) e política (fins –

da 4ª geração, cuja característica principal foi a introdução da capacidade combate além-do-horizonte (*beyond visual range)*, permitindo a detecção, a guiagem de mísseis e, portanto, o engajamento com o adversário mesmo fora do campo de visão do piloto. Há, no entanto, um meio termo entre essas gerações, o que se convencionou chamar de geração 4ª++, que possui todas as características da 4ª, porém com alta manobrabilidade e com maior capacidade de passar despercebida pelos radares inimigos (RONCONI, 2014, p. 76).

[13] A rede defensiva chinesa é robusta, especialmente se considerarmos sua complexidade em termos de sistemas compensatórios: vão desde os mais simples SAMs, minas marítimas, elevada quantidade de mísseis anti-navio capazes de saturar qualquer defesa de ponto, até os que envolvem tecnologias anti-satélite (ASAT), minas inteligentes, mísseis balísticos anti-navio (DF-21D), caças de última geração e inclusive uma rede de túneis subterrâneos modernos, denominada como a "Muralha Subterrânea" e alegadamente capaz de fornecer abrigo às capacidades nucleares de retaliação (HAGT & DURNIN, 2009; GORMLEY, ERICKSON & YUAN, 2014; DORNELLES JR, 2014; O'ROURKE, 2015).

interesse nacional) gera uma inversão entre os fatores, transformando os EUA, seus valores, sua identidade e seus interesses, em meros instrumentos, ao invés de condicionantes, da estratégia (CEPIK & MARTINS, 2014).

Muitos autores não veem diferenças substanciais nas escolhas em nível de Grande Estratégia entre o governo Obama e seus sucessores (RAHAWESTRI, 2010; GOURE, 2012; PORTER, 2013). Diversos fatos corroboram a análise de que a estratégia atual permaneça sendo a da Primazia, não havendo, portanto, uma Grande Estratégia de Obama. Em termos securitários, os dois principais estariam relacionados a implementação do já referido Air-Sea Battle e do aprofundamento da Defesa Antimíssil, tanto na Europa quanto na Ásia, incluindo uma maior presença da Marinha estadunidense no pacífico ou de bases avançadas, principalmente Okinawa, Cingapura e Darwin (Austrália). Embora não seja o escopo do trabalho, a estratégia de Primazia também se verifica no plano econômico, especialmente na busca cada vez mais acelerada pela implantação de tratados de livre comércio assimétricos, como é o caso do TPP. Porter (2013) reconhece alguns esforços, mesmo ainda incipientes, no sentido de dividir o fardo da região na PES de Obama (aproximação com a Índia, por exemplo). No entanto, considera-a, em grande medida, altamente intervencionista, tendo como objetivo primário a primazia através da presença permanente: mantêm-se a característica mistura de supremacia militar, dissuasão, reafirmação e promoção da democracia (PORTER, 2013, p. 24-25).

Nos moldes atuais, o Escudo Antimíssil só é compatível com a estratégia a primazia, visto que os EUA possuem capacidades nucleares muito superiores do que Rússia e China (qualitativamente em especial) e capacidade de segundo ataque já garantida (CEPIK & MARTINS, 2014). Goure (2012) defende que, diferentemente do que se esperava, o governo Obama, “ao invés de minimizar a importância dessas capacidades, [...] buscou enfatizar os meios nos quais a nova abordagem [ao Escudo], na verdade, aumentasse as perspectivas de se instalar um sistema defensivo robusto no curto prazo” (GOURE, 2012, p. 19). Como resultado da alocação de vasos dotados de capacidade AEGIS (através do míssil SM-3), cada vez mais avançados, espera-se que, logo ao fim dessa década, a nova arquitetura do Escudo na Europa e na Ásia irá prover uma proteção mais robusta, mais inteligente e com capacidade de mobilidade (GOURE, 2012). Nesse sentido, entende-se o porquê do *reset* com a Rússia não ter dado certo antes mesmo da crise ucraniana.

Especialmente por essas razões, compreende-se mais facilmente as impressões dúbias da China a respeito da política externa de Obama, cuja aproximação com a multipolaridade se resume a um modelo assimétrico e pouco convidativo às potências emergentes. A nova ordem mundial

proposta é ainda a da Primazia, centrada nos EUA, anulando qualquer tipo de paridade ou mesmo autonomia estratégia (PORTER, 2013). Segundo a China, "Washington deseja cooperação em seus próprios termos, buscando deter Pequim de desenvolver capacidades militares para defender seus próprios interesses e pretende promover mudanças no próprio caráter do regime Chinês" (NATHAN & SCOBELL, 2012).

Diretamente relacionado à falta de uma definição clara de grande estratégia, ou mesmo de mecanismos institucionais, aos moldes da NSC-68, capazes de costurar a segurança nacional, política interna, externa e de segurança com os valores e com as instituições estadunidenses, está a implementação de conceitos como o *Air-Sea Battle*. Descolado de preocupações políticas, o ASB é a operacionalização de algumas ansiedades dominantes nos EUA, relacionadas à crescente austeridade, na qual o emprego da massa (*manpower*) vem se tornando cada vez mais custoso e na preferência duradoura por tecnologias 'anestésicas' sobre formas mais pesadas de poder militar (LIEBERT, 2014).

Há uma confusão séria no pensamento estratégico estadunidense que não faz diferenças entre força e poder (CZEGE, 2014). Poder militar é diferente do simples emprego de força destrutiva em estado bruto. Segundo Huba Wass de Czege (2014, p. 129), “poder militar, na verdade, é a habilidade de influenciar as decisões e o comportamento humano; utiliza-se a força de maneira focal e construtiva, conjuntamente com outros instrumentos de poder”. No Air-Sea Battle, nesse sentido, ignora toda uma série de mediações necessárias para atingir a vitória, o próprio núcleo do conceito, resumido pelo NIA-D3, é extremamente incoerente, uma vez que, mesmo que fosse possível a realização de ataques em profundidade em território chinês, não há nenhuma garantia de que a China se renderia após ter seus radares e seus sistemas de mísseis destruídos. O contrário, justamente, é o esperado: a história demonstra que a tendência nesses casos é que o governo e a opinião pública do país atingido se tornem ainda mais coesos e decididos a não capitular facilmente, é o caso da Blitz de Hitler sobre Londrês na II GM, por exemplo (CZEGE, 2014). Nesse caso, a dissociação entre poder militar e força fica explícita, na medida que os objetivos estratégicos não seriam atingidos mesmo que o conceito saia vitorioso.

Decorrência dessa confusão entre força e poder, nas discussões a respeito do perfil das forças armadas estadunidenses e sua estrutura militar, parece haver uma obsessão com foco na tecnologia. O Air-Sea Battle, novamente, é o exemplo disso: promete-se uma forma de praticamente extinguir a fricção e a "névoa" da guerra a partir do emprego de tecnologias de ponta em ISR, em furtividade e em precisão, baseando-se na confiança do complexo militar-industrial estadunidense (WILSON III,

2014). Tais crenças ganham ainda mais força se considerarmos o contexto de desgaste do poder terrestre pesado (Afeganistão e Iraque) e a preocupação crescente com os custos excessivos de tais empreitadas (austeridade). "O apelo parece tão grande que, de fato, [o conceito] ascendeu rapidamente como uma estratégia nacional de facto" (WILSON III, 2014, p. 85).

Como visto, no entanto, trata-se apenas de um conceito operacional. Estaria ele a serviço de uma grande estratégia de primazia? O governo Obama e sua abordagem multilateral, aproximada à Doutrina Monroe, parece não perceber, ou, pior, ignorar, as implicações do ASB. Na prática, ocorre que, na ausência de uma grande estratégia própria definida, Obama desenvolve um comportamento errático, adotando conceitos operacionais completamente incompatíveis com os valores pregados pelo presidente. Quase que profetizando o momento atual, Posen e Ross (1997, p. 51), destacam que "quem sonha com segurança cooperativa, mas pratica a primazia, deve entender que está gradualmente erodindo as instituições internacionais na qual os seus sonhos se baseiam". Acrescentam que "uma nova retórica e diplomacia com uma estratégia de contenção não permite relações particularmente amigáveis com os objetos de tal política" (POSEN & ROSS, 1997, p. 51).

Ignorar a necessidade de uma grande estratégia, ainda, implica em fornecer uma autonomia desproporcional a esses conceitos operacionais e aos militares responsáveis por eles, deixando em suas mãos, na prática, o desenrolar das relações securitárias (MARTINS & CEPIK, 2014). Ignora-se a política, focando-se apenas na tática e nas operações. Pensa-se apenas em vencer a primeira batalha da próxima conflagração, ao invés de desenvolver sistemas de dissuasão robustos, estáveis e realmente defensivos (CZEGE, 2014). As consequências geradas por isso em eventuais crises são imprevisíveis, ainda mais considerando o caráter nefasto do conceito.

Então, o ASB demanda a reflexão sobre algumas perguntas centrais. Qual, em um contexto de austeridade, é o ponto ideal entre investimentos em sistemas intesivos em capital e investimentos em capital humano? O ASB pode, na prática, cumprir o que promete? Qual o papel do poder terrestre no conceito e no planejamento do perfil de forças estadunidense?

As respostas dessas perguntas explicitam uma importante retroalimentação entre a escolha de sistemas táticos e de conceitos operacionais com a grande estratégia. Segundo Martins & Cepik (2014, p. 14)

> O Escudo Antimíssil, conjugado com o ASB, impulsiona os EUA numa direção que não é necessariamente aquela que a população deseja, pois sua viabilidade na prática demanda sua conversão em um Império Universal. Tal direção tampouco serve à segurança nacional, visto que os cidadãos dos EUA são os que mais têm a perder com a disseminação de um estado de violência de alcance potencialmente global com o fim da dissuasão mútua assegurada. E tampouco se

> identifica com as aspirações individuais da maioria dos cidadãos americanos, que querem emprego e renda para que possam se autodeterminar com os seus próprios recursos. Esses dois reducionismos empregados sucessivamente, o de restringir governança à força, e esta a uma arma, vetor ou procedimento tático, têm acarretado dificuldades intransponíveis para conciliar a política de defesa e segurança dos Estados Unidos com uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico. E compromete a integridade do Estado e o futuro dos que ainda não nasceram, expondo o país ao risco da guerra termonuclear ao mesmo tempo em que negligenciam o papel dos gastos militares na inserção na transição tecnológica.

Portanto, as alternativas ao Air-Sea Battle parecem ser mais benéficas, tanto para os EUA, quanto para a própria estabilidade do sistema internacional. Conceitos como o de *Offshore Control*, cuja grande estratégia é a do Balanceamento Externo (*offshore balance)*, conectam o nível tático e o operacional com o nível estratégico, da política. Afinal, esses níveis são interdependentes (CLAUSEWITZ, 2007), devendo haver mecanismos de controle recíprocos (*checks and balances*), onde a sociedade, seus anseios e seu futuro seja representada nas decisões de política externa e de segurança, na medida que as ações desregradas na última geram consequências sérias sobre a população e sua segurança.

CONCLUSÃO

Algumas conclusões importantes podem ser tiradas da presente análise, dizendo respeito especialmente ao nível estratégico, porém também versando sobre a tática e as operações. Percebe-se uma relação de retroalimentação entre todos os níveis e em todas as direções. Ou seja, por um lado, o estabelecimento de uma grande estratégia, com meios e fins bem definidos, norteia o desenvolvimento de conceitos operacionais, cuja função seria empregar os sistemas táticos – também moldados pelas necessidades pautadas na estratégia – a fim de garantir os objetivos políticos. Pelo outro lado, quando a grande estratégia é errática, difusa ou simplesmente inexistente, toda a condução do processo fica sob a responsabilidade dos comandantes militares e dos sistemas táticos disponíveis – passíveis de todo o tipo de influência, caso do lobby do complexo militar-industrial (FALLOWS, 2015). Ou seja, nesse último caso, ocorre a apropriação dos meios sobre os fins. Paradoxalmente, e em outras palavras, a negação da política na própria condução da política externa e de segurança (MARTINS & CEPIK, 2014).

Dessa perspectiva, o presente artigo analisou a grande estratégia estadunidense, identificando uma dualidade histórica (pontos de atrito e pontos de convergência) e a situação atual num contexto de ascensão da multipolaridade. Compatibilizou-se o binômio Doutrina Monroe e Destino Manifesto proposto por Mantovani (2006), a dicotomia nacionalismo e liberalismo de Liebert (et al, 2014) e o conceito de *grand area access* de Silverstone (2014) a fim de se caracterizar a dualidade do pensamento estratégico estadunidense, sua visão de país e de mundo. Em síntese, a Doutrina Monroe tende à multipolaridade, vendo os EUA como uma grande potência dentre outras, buscando aliados regionais para criar uma governança nucleada em regiões; sem deixar, no entanto, a ascensão de uma potência capaz de transpor as barreiras oceânicas estadunidenses. O Destino Manifesto, por sua vez, tende à unipolaridade, crendo na superioridade estadunidense e no seu papel de única potência do globo, retendo a responsabilidade de espalhar os ideais estadunidenses de democracia e suas instituições através do globo, não hesitando em lidar com problemas unilateralmente e através do emprego da força (MANTOVANI, 2006; LIEBERT et al, 2014). O ponto em comum entre elas, é a necessidade de ambos em manter o *grand access area*, ou seja, o acesso estadunidense a qualquer lugar do globo, seja em termos militares, econômicos ou políticos (SILVERSTONE, 2014).

Como os efeitos da dualidade se projetaram na definição da grande estratégia na ascensão da China e na recuperação da Rússia foram temas da seção seguinte. Analisou-se o governo Obama e os conceitos operacionais adotados para contenção da China militarmente no Sul e Sudeste Asiático. Percebe-se que, com o surgimento de sistemas capazes de negar o uso do mar e o acesso estadunidense no entorno estratégico chinês, contestou-se o objetivo comum de ambos os espectros da dualidade. Desenvolveu-se, então, o conceito do Air-Sea Battle, responsável por perfurar as defesas chinesas e obter a vitória militar sobre o adversário em um contexto de eventual crise. Como visto, no entanto, o Air-Sea Battle é baseado na ofensiva, na preempção e na crença em vitórias fulminantes, sendo condizente com o Destino Manifesto e com a busca pela primazia nuclear, embora tenha sido adotado pelo Governo Obama, cujo discurso é da Doutrina Monroe.

Nesse sentido, isso parece ter ocorrido devido à ausência de uma grande estratégia bem definida pelo governo Obama. Diferentemente de outras administrações, a gestão Obama parece ser errática em termos de política externa e de segurança, não definindo objetivos claros em níveis de política externa ou, fazendo-o, mas sem conseguir cumpri-los devido aos seus próprios equívocos – caso do rebalanceamento ou pivô para a Ásia num contexto de ascensão caos no Oriente Médio. Embora busque a multipolaridade, acaba abraçando a primazia e a busca pela unipolaridade na

medida que adota o Air-Sea Battle e aprofunda o Escudo Antimíssil na Europa e na Ásia. Assim, concede uma autonomia desproporcional ao meios operacionais (também aos sistemas táticos e às ações procedimentais), gerando resultados potencialmente perigosos, mesmo não sendo desejados pelo presidente, indo desde disputas cotidianas envolvendo interceptações de aeronaves nas Zonas Econômicas Exclusivas (ou nas Zonas de Identificação Aérea) até potenciais instabilidades incontroláveis em futuras crises mais sérias, na medida que os incentivos à iniciativa e à preempção se tornam crescentemente sedutores.

Por fim, deve-se levantar algumas questões para o Brasil a respeito desse debate a nível mais sistêmico. No melhor cenário, a busca por alternativas de enfrentamentos às ameaças de A2/AD, pode conduzir a modificações menos ofensivas, na postura dos EUA e, consequentemente, na sua atuação em outras partes do globo (SCHWARTZ & WILSON, 2013). Teatros secundários para a sua Grande Estratégia, como o Atlântico Sul, passam a ser palco de novas possibilidades de condução de suas operações de segurança marítima, buscando uma assertividade positiva como, por exemplo, a segurança cooperativa. Especialmente através da parceria com nações do Hemisfério Ocidental como um caminho para desenvolver capacidades regionais para combater as ameaças de baixa intensidade oriundas de atores não estatais (USA, 2014).

No pior cenário, no entanto, pode ocorrer algo semelhante com o que se passou à época do Air-Land Battle: criado para conter à URSS, serviu para intervenções em países de terceiro mundo com fins muitas vezes difusos, sem legitimidade do restante do sistema internacional. Nessa perspectiva, o país poderia ser alvo do Air-Sea Battle, na medida que o país possui uma costa extensa e de difícil controle, sendo relativamente vulnerável às ingerências externas – destaque para a crescente importância das reservas petrolíferas brasileiras com a descoberta do Pré-Sal (OLIVEIRA, CEPIK & BRITES, 2013). O cenário intermediário e mais provável, no entanto, é uma síntese de ambos, demandando a criação de capacidades defensivas por parte das forças armadas brasileiras capazes de proteger nossos recursos, ao mesmo tempo que busca cooperação com os Estados Unidos em nível técnico e político a fim de manter o Atlântico livre de ingerências externas e conter possíveis ameaças.

Referências

ART, Robert J. The Strategy of Selective Engajament. In: BOYER P.G.; WOOD R.S. **Strategic Transformation and Naval Power in the 21st Century**. Newport: Naval War College Press, 1998.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. New York: Oxford University Press, 2007.

COLBY, Elbridge. Don't Sweat AirSea Battle. **The National Interest**, 31 jul. 2013. Disponível em:< http://nationalinterest.org/commentary/dont-sweat-airsea-battle-8804> Acesso em: 05 ago. 2014.

CUMMINGS, Bruce. **Dominion from Sea to Sea**. New Heaven: Yale University Press, 2009.

CZEGE, Huba Wass de. The Military Power to Deter, Defend, Enforce, and Pacify. In: SILVA, J. D; LIEBERT, H.; WILSON III, I (Ed.). **American Grand Strategy and the Future of U.S. Landpower.** Carlisle: SSI/U.S Army War College Press, 2014. (pp. 95-132)

DINIZ, Eugênio. Relacionamentos Multilaterais na Unipolaridade: uma discussão teórica realista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 505-565, Jul/ Dez. 2006.

DOMINGUES, Beatriz Helena. Manifest Destiny in American History: Religion, History and Policy. In: Diniz, Eugenio (org). **Estados Unidos:** Política Externa e Atuação na Política Internacional Contemporânea. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009.

DORNELLES, Arthur. **China e Estados Unidos na Balança de Poder do Leste Asiático:** comparações, econômicas e militares. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

FALLOWS, James. The Tragedy of the American Military. **The Atlantic.** Janeiro/Fevereiro, 2015. Disponível em <http://goo.gl/qBkTUf> Acesso em 11/08/2015.

FRANÇA, A.; *et al.* Política Externa e de Segurança dos Estados Unidos in MARTINS, J. Org. **Relações internacionais contemporâneas 2012/2**: estudos de caso em política externa e de segurança. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), 2013.

GORMLEY, D.; ERICKSON, A.; YUAN, J. **A Low-Visibility Force Multiplier: Assessing China's Cruise Missile Ambitions**. Washington: National University Press, 2014.

GOURE, Daniel. **The Obama administration's phased-adaptive architecture**: technological, operational and political issues. Defense & Security Analysis. vol. 28, n. 1, Março, 2012. (pp. 17-35)

HAGT, E.; DURNIN, M. China's Antiship Ballistic Missile: Developments and Missing Links. **Naval War College Review**, Outono 2009, Vol. 62, No. 4, 2009.

HAMMES, Thomas X., Offshore Control: A Proposed Strategy for an Unlike Conflict. **Strategic Forum** No 278. Washington DC: National Defense University Press, 2012.

HAMMES, Thomas X**.** Sorry, Air-Sea Battle Is No Strategy. **The National Interest**, 2013. Disponivel em:<http://nationalinterest.org/commentary/sorry-Air-Sea-battle-no-strategy8846> Acesso em: 05 ago. 2014.

HARRISON, Todd; COHN, Jacob. **FY 2015 Weapon Systems Factbook**. Washington: CSBA, 2014.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance:** The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defense Economics. Londres: IISS, 2015.

LI, Nan (2011). **The Evolution of China's Naval Strategy and Capabilities: from "Near Coast" and "Near Seas" to "Far Seas".** In: Saunders, Philip et.al. *The Chinese Navy: expanding capabilities, evolving roles*. Washington, DC: National University Press, pp.109-140.

· LIEBER, Keir A.; PRESS, Daryl G. The End of MAD? The Nuclear Dimension of U.S. Primacy. **International Security**, vol. 30, n. 4. 2006. (pp. 7-44).

LIEBERT, H.; SILVA, J. D; WILSON III, I (Ed.). **American Grand Strategy and the Future of U.S. Landpower**. Carlisle: SSI/U.S Army War College Press, 2014.

KAZIANIS, Harry. The Evolution of Air-Sea Battle. **Center for International Maritime Security**. 14 fev. 2014. Disponível em: < http://cimsec.org/evolution-Air-Sea-battle/9936>. Acesso em: 05 mai. 2015.

KREPINEVICH, A. **Why AirSea Battle?** Washington DC: CSBA, 2010. Disponível em: <http://www.csbaonline.org/publications/2010/02/why-airsea-battle/>. Acesso em: 13 abr 2010.

LaGRONE, Sam. Pentagon Drops Air-Sea Battle Name, Concept Lives On. **USNI News**. 20 Jan. 2015. Disponível em: <http://news.usni.org/2015/01/20/pentagon-drops-air-sea-battlename-concept-lives> Acesso em: 21 mai. 2015

MANTOVANI, Maria da Graça Hahn. **Tribunal sul-americano: concepção cibernética de integração.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MANZO, Vincent. Deterrence and Escalation in Cross-domain Operations. **Joint Force Quarterly**. National Defense University Press, Washington: No 66, jul./set. pp. 8-14, 2012. Disponível em: < http://www.dtic.mil/ doctrine/jfq/jfq-66.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

MARTINS, José Miguel Q.. **Digitalização e guerra local:** como fatores do equilíbrio internacional. Tese de doutorado. PPG Ciência Política, UFRGS: Porto Alegre, RS, 2008.

MARTINS, José Miguel; CEPIK, Marco. A. Defesa Nacional Antimíssil dos EUA: A lógica da Preempção e Suas Implicações Internacionais. In: ARTURI, C. **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p. 14-47.

MARX, Karl. Deslocamentos do Centro de Gravidade Mundial. Nova Gazeta Renana. **Revista Política e Económica**. Nº2 Fevereiro de 1850. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/02/deslocamento.htm>.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton, 2001.

NATHAN, Andrew; SCOBELL, Andrew. **How China Sees America**: the Sum of Bejing's Fears. Foreign Affairs, Set/Out de 2012. Disponível em: <https://goo.gl/QjYEup>. Acesso em: 22 ago. 2015.

NSC-68. **A Report to the National Security Council - NSC 68**, 12 de abril, 1950. President's Secretary's File, Truman Papers, 1950. Disponível em: <https://goo.gl/Ya7gz3>. Acesso em: 22 ago. 2015.

OLIVEIRA, L. K. D.; CEPIK, M.; BRITES, P. V. O Pré-Sal e a Segurança do Atlântico Sul: A Defesa em Camadas e o Papel da Integração Sul-Americana. **Anais do Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais**. Porto Alegre: UFRGS. 2013.

O'ROURKE, Ronald. **China Naval Modernization:** Implications for US Navy Capabilities - Background and Issues for Congress. Congressional Research Service. 2015. Disponível em: <https://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33153.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2015.

O'SULLIVAN, John. Annexation. **United States Magazine and Democratic Review** 17, no.1 (July-August 1845). New York. pp 5-10 Disponível em: <http://web.grinnell.edu/courses/HIS/f01/HIS202-01/Documents/OSullivan.html> Acesso em: 25 de Nov de 2013.

PECEQUILO, Cristina. S. **A política externa dos Estados Unidos**. 3ªEd. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PEELE, R. B. **Maritime Chokepoints:** Key Sea Lines of Communication (SLOCs) and Strategy. Carlisle Barracks: US Army War College, 1997.

PORTER, Patrick. **Sharing Power?** Prospects for a U.S. Concert-Balance Strategy. Carlisle: U.S. War College Press, 2013.

POSEN, B.R. Grand Strategy and Naval Force Structure. In: BOYER P.G.; WOOD R.S. **Strategic Transformation and Naval Power in the 21st Century.** Newport: Naval War College Press, 1998.

POSEN, B. R. Command of the commons. **International security**, v. 28, p. 5-46, 2003.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e Política,** vol 18, num.36 jun., 2010 pp147-174. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

RAHAWESTRI, Mayang. Obama's Foreign Policy in Asia: More Continuity than Change. **Security Challanges**, vol. 6 n. 1. 2010. (pp. 109-120).

RONCONI, Giordano Bruno Antoniazzi. **Análise do Mercado Internacional de Aeronaves Militares**: Requisitos e Possibilidades de Participação. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais). Porto Alegre: UFRGS, 2014.

SCHWARTZ, Lowell; WILSON, Peter A. Think Different: Building security partnerships for the 21st Century. **Journal der Politisch-Militärischen Gesellschaft**, n. 87, p. 1-11, 2013. Disponível em:< http://www.pmg-ev.com/deutsch/dw/2013-87-Denkwuerdigkeiten.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2014.

SILVERSTONE, Scott. American Grand Strategy and the Future of Lanpower in Historic Context. In: SILVA, J. D; LIEBERT, H.; WILSON III, I (Ed.). A**merican Grand Strategy and the Future of U.S. Landpower**. Carlisle: SSI/U.S Army War College Press, 2014. (pp. 55-80)

TANGREDI, J. **Anti-Access Warfare.** Annapolis: Naval Institute Press, 2013.

TILL, Geofrey. **Seapower:** a Guide for the Twentieth-first Century. New York: Routledge, 2013.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). Department of Defense**. Joint Operational Access Concept**. Washington DC: 2012(a). Disponível em: <http://www.defense.gov/ pubs/pdfs/ joac_jan% 202012_signed.pdf > Acesso em: 05 dez. 2013.

_________. Department of Defense. Air-Sea Battle Office. **Air-Sea Battle Service Collaboration to Address Anti-Access & Area Denial.** Mai. 2013. Disponível em: <http://www.defense.gov/pubs/ASB-ConceptImplementation-Summary-May-2013.pdf >. Acesso em: 05 mar. 2014.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **Joint Operational Access Concept.** Washington DC: 2012(a). Disponível em: <http://www.defense.gov/ pubs/pdfs/ joac_jan% 202012_signed.pdf > Acesso em: 05 dez. 2013.

_________. *Department of Defense*. ***Sustaining U.S. Leadership: Priorities for 21Th Century Defense 2012***. 2012(b) Disponível em: <http://www.defense.gov/news/ Defense_Strategic_Guidance.pdf> Acesso em: 05 Nov. 2014

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **Quadrennial Defense Review 2014:** Mar. 2014 Disponível em: < http://www.defense.gov/pubs/2014_ Quadrennial_ Defense_Review.pdf> Acesso em: 05 Nov. 2013

WALTZ, Kenneth N. **O Homem, o Estado e a Guerra: Uma Análise Teórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WILSON III, Isaiah. Reconsidering American Power. In: SILVA, J. D; LIEBERT, H.; WILSON III, I (Ed.). **American Grand Strategy and the Future of U.S. Landpower**. Carlisle: SSI/U.S Army War College Press, 2014. (pp. 81-94)